

BOLETIM INFORMATIVO

CAO. EDUCAÇÃO

06.2023



MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação
Ministério Público do Estado de Mato Grosso



APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

SUMÁRIO

AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO.....	4
NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS.....	7
NOTÍCIAS DO MPF.....	10
NOTÍCIAS DIVERSAS	11
NOVIDADES LEGISLATIVA.....	13

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Miguel Shlessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-Educação

Patrícia Eleutério Campos Dower – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação

Carin Luciane de Azevedo – Assistente Ministerial

Marcos André dos Santos Júnior – Auxiliar Ministerial

NOTÍCIAS DO MPMT



[Curso online de Solução de Conflitos Escolares é lançado pelo MPMT](#)



O Ministério Público do Estado de Mato Grosso lança, o curso online Noções Básicas de Solução de Conflitos Escolares, com objetivo de expandir para todo o estado a iniciativa de prevenção da violência escolar e de promoção de uma cultura de paz nas unidades de ensino. Implantado inicialmente como projeto piloto em Cuiabá no ano de 2018 o curso de mediação escolar já capacitou dezenas de profissionais da educação em parceria com o Poder Judiciário e a Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT).

[MPMT ressalta importância da primeira infância ao assinar pacto](#)

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT) assinou o Pacto Interinstitucional pela Educação na Primeira Infância em Mato Grosso, com objetivo de garantir o direito fundamental à educação na primeira infância, bem como o aperfeiçoamento das políticas públicas necessárias à sua concretização. O acordo foi firmado entre as 19 instituições que constituem o Gabinete de Articulação para Efetividade das Políticas de Educação de Mato Grosso (Gaepe-MT), em evento realizado no auditório da Escola Superior de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT).



[TJ suspende parte da Resolução que limita vagas a alunos com deficiência](#)



O Tribunal de Justiça acolheu pedido liminar efetuado pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), e suspendeu a eficácia de parte do artigo 13 da Resolução 01/2012 do Conselho Estadual de Educação (CEE), que limitava o número de vagas, por turma, ofertadas no ensino regular aos alunos com deficiência. A liminar foi concedida por unanimidade entre os desembargadores que compuseram a Turma Julgadora, nos termos do voto do desembargador Rubens de Oliveira Santos Filho, relator do processo.

Roteiro de atuação na Defesa da Educação Inclusiva é apresentado

Elaborado pelos Centros de Apoio Operacional (CAOs) de Educação e da Pessoa com Deficiência do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, o Roteiro de Atuação na Defesa da Educação Inclusiva foi apresentado no evento “Colóquios Ministeriais”. A publicação é composta por orientações técnicas aos promotores de Justiça para atuação em busca de garantir o acesso e a permanência nas escolas dos estudantes que precisam da educação especial. Acesse [aqui](#) o Roteiro de Atuação.



MPMT debate estratégias para efetivar Educação Inclusiva no estado



Para debater o tema e traçar estratégias para atuação do Ministério Público de Mato Grosso nessa seara, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) - Escola Institucional do MPMT e o Centro de Apoio Operacional (CAO) Pessoa com Deficiência promoveram mais um debate da série “Colóquios Ministeriais”. O evento contou com a palestra “Educação inclusiva”, ministrada pela promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo (MPSP) Sandra Lucia Garcia Massud, com debates da coordenadora adjunta do CAO Educação, promotora de Justiça Patrícia Eleutério Campos Dower. A palestrante trouxe um panorama sobre o tema no país, partindo de onde vem a inclusão na educação, o surgimento das escolas especializadas, até os marcos legais estabelecidos.

Curta-metragem é lançado como ferramenta pedagógica para escolas de MT

Como parte das ações do Projeto Cibus – Você tem fome de quê?, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso lançou o curta metragem “O Delicioso Cardápio de Descobertas de Alice”, que será distribuído às escolas de Mato Grosso. O lançamento ocorreu durante reunião virtual organizada pela coordenadora do projeto, promotora de Justiça Maria Coeli Pessoa de Lima, com a participação de representantes de Diretorias Regionais de Educação, Secretarias Municipais de Educação, União dos Dirigentes Municipais de Educação de Mato Grosso (Undime) e Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM). Baixe [aqui](#) o curta metragem.



Ação do MPMT requer reformas em pontes usadas para o transporte escolar



O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da Promotoria de Justiça de Paranatinga, município distante 377 km de Cuiabá, ingressou com ação civil pública, com pedido liminar, requerendo ao Poder Judiciário que determine ao Município a adoção imediata das medidas necessárias para reestruturação e manutenção das pontes do Bugiu, do Bereta e da Reserva do Assentamento Colorado. A medida visa garantir a trafegabilidade e evitar a interrupção do transporte e risco à vida das pessoas que passam pelos locais.

Promotoria inspeciona creche e Município se compromete a criar vagas

Após a Promotoria de Justiça da comarca de Cotriguaçu (a 950km de Cuiabá) inspecionar o Centro Educacional Municipal Pequeno Cidadão, o Poder Executivo do Município se comprometeu a criar 30 novas vagas para crianças a partir de um ano de idade. Serão 15 vagas para o período matutino e outras 15 para o vespertino. Atualmente, a creche atende oito crianças pela manhã e 10 à tarde, com idade acima de três anos.



NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS

[Centros de Apoio Operacional elaboram cartilha sobre atuação no tema “violência nas escolas”](#)

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará, César Mattar Jr., recebeu em seu gabinete a Cartilha “Perguntas e Respostas: Violência nas Escolas”, elaborada pelas equipes dos Centros de Apoio Operacional dos Direitos Sociais (CAODS), da Infância e Juventude (CAOIJ) e de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial (CAOCRIM). A publicação tem como objetivo primordial subsidiar a atuação dos Promotores de Justiça que operam nas áreas da saúde, educação, assistência social, infância e juventude e criminal. Acesse [aqui](#) a Cartilha.



[Derrubada lei que proibia banheiros de gênero em unidades de ensino de Piquete - SP](#)



A lei que tornava obrigatória a instalação de banheiros masculinos e femininos na rede pública e privada de ensino de Piquete e proibia o funcionamento de banheiros de uso livre por pessoas de qualquer gênero foi declarada inconstitucional. Atendendo a pedido feito pelo MPSP em ação direta de inconstitucionalidade, o acórdão com a decisão foi publicado pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça em 18 de maio. Ação de número 2210878-97.2022.8.26.0000.

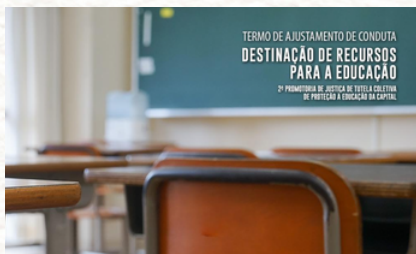
[MPGO apura notícia de cobranças indevidas a pessoas com deficiência em contratos de escolas particulares de rio verde](#)

O Ministério Público de Goiás (MPGO) instaurou procedimento administrativo para apurar a notícia de tratamento diferenciado a pessoas com deficiência nos contratos de prestação de serviços de escolas particulares do município de Rio Verde. Segundo aponta a promotora de



Justiça Renata Dantas de Moraes e Macedo, da 8ª Promotoria de Rio Verde, a investigação busca verificar se está ocorrendo a cobrança ilegal de valores referentes ao custeio de gastos extras com educação especial pelas instituições de ensino privado.

[MPRJ assina TAC com o Estado para que seja investido o mínimo constitucional na área educacional](#)



O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital, assinou, no dia 05/05, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Estado do Rio de Janeiro para regularizar o repasse de recursos destinados à educação. [Veja aqui o TAC.](#)

[MPRJ obtém decisão determinando que Estado contrate nutricionistas para a correta execução do Programa de Alimentação Escolar nas escolas da rede](#)

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 3ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital, obteve decisão judicial favorável em ação civil pública movida em face do Estado do Rio de Janeiro, visando à adoção das providências administrativas necessárias com vistas à efetiva ampliação do número de nutricionistas para a execução do Programa de Alimentação Escolar (PAE). Processo nº 0079819-85.2017.8.19.000. [Veja a decisão judicial.](#)



[Atuação do Geduc zera fila de espera por vagas em creches de Ribeirão Preto ainda no primeiro semestre](#)



Assim como aconteceu em anos anteriores, em 2023 o Grupo Especial de Educação (Geduc) do MPSP zerou a fila de espera por vagas em creches de Ribeirão Preto. Desta vez, o resultado foi obtido ainda no primeiro semestre do calendário letivo. A partir de março deste ano, foram ajuizadas 34 ações que incluíam mais de 1.800 crianças que se encontravam fora dos equipamentos, em descumprimento às súmulas 63 e 65 do Tribunal de Justiça, bem como ao decidido no Recurso Extraordinário nº 1008166 e Tema 548 do Supremo Tribunal Federal, com repercussão geral.

Após ação do MPGO, estado terá que fornecer professor de apoio a alunos com deficiência em escolas de cristalina

Pedido liminar feito em ação proposta pelo Ministério Público de Goiás (MPGO) foi acolhido pela Justiça, determinando que o Estado de Goiás forneça profissionais de apoio em número suficiente para atender os alunos com deficiência da rede estadual de ensino em Cristalina. Na decisão, é salientado que é “assegurada à criança com deficiência a contratação de profissionais capacitados para acompanhamento especializado e adoção de atendimento singularizado, de forma a garantir sua integração na escola”.



MPGO recomenda ao município de mineiros que assegure transporte adaptado e contínuo para alunos da apae



O Ministério Público de Goiás (MPGO) recomendou ao prefeito de Mineiros, Aleomar de Oliveira Rezende, e à secretária municipal de Educação, Adriane Pereira Resende Marques, que adotem as providências necessárias para assegurar transporte adaptado e ininterrupto para um aluno especificamente e a todos os demais atendidos na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae). O serviço deverá também atender todas as pessoas com deficiência que aguardam em lista de espera de transporte e acompanhamento por responsável legal ou monitor, em todos os casos. Os prazos para cumprimento do pedido são, respectivamente, de 10 e 30 dias.

Após iniciativa do MPRN, Natal ganha Centro de Diálogo Escolar

Fruto de esforços interinstitucionais do Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) e da Prefeitura Municipal de Natal, será inaugurado o Centro de Diálogo Escolar (CDIA Escolar). Trata-se de uma unidade administrativa da Secretaria Municipal de Educação que tem como objetivo trabalhar com práticas de Justiça Restaurativa nas escolas municipais. O Centro tem o objetivo de executar as abordagens e práticas da Justiça Restaurativa no âmbito escolar, apoiando estabelecimentos de ensino públicos municipais na construção e no fortalecimento do clima escolar positivo, do sentido de pertencimento e da conexão entre os estudantes e adultos da comunidade escolar.



NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

[Professores municipais de RO passam a receber salário conforme o piso salarial nacional, após atuação do MPF](#)



Professores da rede pública de quatro municípios de Rondônia passaram a receber remuneração conforme o piso salarial nacional na educação básica, após atuação do Ministério Público Federal (MPF). O inquérito civil investigou os municípios de Guajará-Mirim, Alto Paraíso, Machadinho do Oeste e Cacaulândia.

[MPF cobra medidas do governo federal para alimentação escolar adequada para povos indígenas e tradicionais](#)

O Ministério Público Federal (MPF) enviou, recomendação para que o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) promovam o acesso de povos e comunidades tradicionais (PCTs) e agricultores familiares ao Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). A inscrição no CAF é requisito para a participação em ações, programas e políticas públicas de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. [Recomendação 1/2023](#).



[MPF defende no Supremo que município de Cristinápolis \(SE\) deve ofertar transporte escolar de forma regular e ininterrupta](#)



O Ministério Público Federal (MPF), por meio do procurador-geral da República, Augusto Aras, defendeu que o município de Cristinápolis (SE) ofereça transporte de forma regular e ininterrupta para os alunos da educação infantil. A manifestação, enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF), foi ofertada em ação originalmente proposta pelo Ministério Público do Estado de Sergipe (MP/SE) contra o município, que iniciou o ano letivo apenas em 2 de maio, com atraso de 68 dias em relação à rede de educação do Estado de Sergipe. [Íntegra da manifestação na Suspensão de Tutela Provisória 953/SE](#).

OUTRAS NOTÍCIAS

Instituições assinam pacto e se comprometem com avanço da Educação na Primeira Infância em Mato Grosso



As instituições que compõem o Gabinete de Articulação para Efetividade das Políticas de Educação de Mato Grosso (Gaepe-MT) assinaram o Pacto Interinstitucional pela Educação na Primeira Infância no estado. Em evento no Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), autoridades afirmaram compromisso, cada qual em sua esfera e âmbito de atuação, para garantir o acesso às creches, pré-escola e alfabetização de qualidade.

Lei que institui a Política de Alfabetização Digital é executada pela Seduc

A Secretaria de Educação de Mato Grosso (Seduc) respondeu ao requerimento de n.º 186/2023 do deputado estadual Thiago Silva (MDB) que solicitou informações sobre as medidas adotadas para o cumprimento da Lei nº. 11.837/2022 que Institui a Política de Alfabetização Digital para os estudantes com deficiência da rede pública de ensino do Estado. O ofício encaminhado foi lido e apresentado, em sessão plenária, do dia 3 de maio, na Assembleia Legislativa.



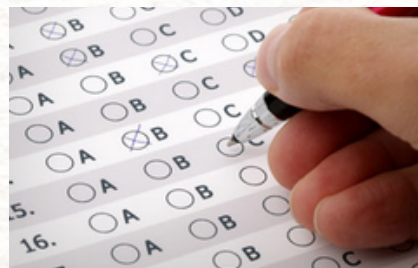
TRF1 - Universidade não pode impedir matrícula de aluno com pendência financeira em outra instituição de ensino



Uma estudante aprovada em processo seletivo buscou a justiça já que não conseguiu efetuar a matrícula por ter pendência financeira em outra instituição de ensino superior. Após sentença favorável a ela, determinando a realização da matrícula no curso de Medicina, o Centro Universitário Uninovafapi recorreu no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). Processo: 1042523-38.2021.4.01.4000.

Juiz reconhece direito de estudante cursar Medicina sem concluir ensino médio

Seguindo o conceito da teoria do fato consumado do Superior Tribunal de Justiça, a Vara das Fazendas Públicas, Registros Públicos e Ambiental de Rio Verde (GO) reconheceu o direito de uma estudante em se matricular no curso de medicina mesmo não tendo finalizado o ensino médio. Clique [aqui](#) para ler a decisão Processo 5363937-05.2022.8.09.0137.



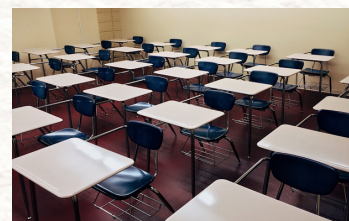
OE aponta inconstitucionalidade em lei municipal que instituiu ensino domiciliar na educação básica



O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo votou, em sessão realizada no dia 24/05, pela inconstitucionalidade da Lei nº 5.750/22, do Município de Taubaté, que regulamentou o ensino domiciliar no âmbito da educação básica da cidade. A decisão foi unânime. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2293946-42.2022.8.26.0000

Campo Verde e Tangará da Serra se tornam referência em práticas de pacificação nas escolas

A criatividade das Comarcas de Campo Verde e Tangará da Serra na implementação das práticas da Justiça Restaurativa para pacificação do ambiente escolar foram apresentadas como 'cases' de sucesso durante o "1º Encontro dos Juízes, Coordenadores e Gestores dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) que atuam com a Justiça Restaurativa", realizado pelo Tribunal de Justiça, por meio do Núcleo Gestor da Justiça Restaurativa (NugJur), em Cuiabá.



TJ-RJ anula lei municipal que instituiu festa junina de escolas públicas



O Poder Legislativo não pode propor norma que crie ou altere o funcionamento de órgãos da administração pública, pois se trata de competência privativa do chefe do Executivo. Com esse entendimento, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro suspendeu os efeitos da Lei municipal 3.628/2022, de Barra do Piraí.

NOVIDADES LEGISLATIVAS

[LEI Nº 11.837, DE 21 DE JULHO DE 2022](#) - Institui a Política de Alfabetização Digital para os estudantes com deficiência da rede pública de ensino do Estado de Mato Grosso.

[LEI Nº 14.533, DE 11 DE JANEIRO DE 2023](#) - Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003.

[LEI Nº 14.560, DE 26 DE ABRIL DE 2023](#) - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para inserir, como despesa de manutenção e desenvolvimento do ensino, aquela realizada com atividades curriculares complementares.

[LEI Nº 14.579, DE 10 DE MAIO DE 2023](#) - Institui o Dia Nacional do Desporto Escolar.



MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

cao.educacao@mpmt.mp.br

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br